



**UFMG–UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO**

LÁZARA DO CARMO PARREIRA

UM OLHAR NA AVALIAÇÃO DA ESCOLA

Belo Horizonte
2011

LÁZARA DO CARMO PARREIRA

UM OLHAR NA AVALIAÇÃO DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Jaqueline da Silva F. Pereira

Belo Horizonte
2011

UFMG–UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO

LÁZARA DO CARMO PARREIRA

UM OLHAR NA AVALIAÇÃO DA ESCOLA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Prof^a Ms. Jacqueline Silva Figueiredo Pereira (orientadora) – UFMG

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte,de janeiro de 2011

AGRADECIMENTOS

Agradeço á minha família, pelo amor, compreensão e amizade em todos os instantes e porque sempre esteve comigo contribuindo para que seguisse com firmeza.

Á Deus por não ter permitido que me perdesse em meio a momentos de fraquezas, ensinando-me que a fé e a coragem podem vencer qualquer problema. Agradeço pela oportunidade de operacionalizar mais um sonho.

Aos mestres, que comigo compartilharam parte de sua inesgotável riqueza – o saber.

Aos meus colegas por todo apoio.

Em especial agradeço a meus filhos Andréia e Bruno, pela compreensão e apoio diante minhas metas e planos. Quero que saibam que seus sorrisos e presença foram combustível para que eu alcançasse mais essa vitória.

“O rendimento do aluno depende muito das condições institucionais e do projeto político-pedagógico da escola. Em ambos os casos a avaliação, numa perspectiva dialógica, destina-se à emancipação das pessoas e não à sua punição, à inclusão e não à exclusão”.

Moacir Gadotti

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma reflexão sobre as avaliações realizadas na escola e sua importância para a gestão escolar. O objetivo é refletir sobre as avaliações realizadas na escola, as avaliações internas e externas, a avaliação institucional, as quais norteiam o trabalho pedagógico e influenciam nos resultados da avaliação da aprendizagem dos alunos. Para realização do trabalho, usei como referência a pesquisa bibliográfica em textos, revistas, baseada em autores que discutem de forma significativa sobre a avaliação da aprendizagem dos alunos, a avaliação institucional, a avaliação da gestão e ainda a avaliação do Projeto Político Pedagógico e a importância do conselho escolar nos processos de avaliação. A avaliação é um meio de promover uma gestão democrática na escola com participação da comunidade escolar

PALAVRAS-CHAVE: Avaliação Escolar, Avaliação Institucional, Projeto Político Pedagógico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	7
2	UM OLHAR NA AVALIAÇÃO DA ESCOLA	8
2.1	As avaliações realizadas na escola	8
2.2	Avaliação Institucional – norteadora da escola.....	13
3	CONSIDERAÇÕES FINAIS	17
4	REFERÊNCIAS.....	18
5	ANEXO.....	19

1. INTRODUÇÃO

O tema deste trabalho é um olhar na avaliação da escola, por entender que avaliar é um processo muito importante na gestão escolar e compreender que o Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola numa gestão democrática, deve ser elaborado de forma coletiva por toda a comunidade escolar e nessa elaboração avaliar torna-se fundamental, podendo ser elaborado e reelaborado sempre que necessário.

O estudo é relevante, pois, o PPP da escola é um processo de reflexão e discussão na busca de alternativas para efetivação de seus objetivos e finalidades numa vivência democrática onde todos os membros da comunidade escolar participem. O PPP está em constante movimento e sempre deve ser submetido à avaliação e diálogo sendo um processo de construção contínua.

Para realização do trabalho, foi utilizado como referência a pesquisa bibliográfica em livros e artigos que discutem a temática avaliação da aprendizagem dos alunos e a importância do conselho escolar nos processos de avaliação. O conselho de classe tem papel importante na avaliação e tomadas de decisões de ordem pedagógica justificando que a comunidade escolar tem direito de participar da prática pedagógica contribuindo com opiniões, expectativas e avaliações, desenvolvendo uma familiarização com o modo de agir pedagógico da escola e contribuindo para uma prática pedagógica mais adequada com a realidade.

Este trabalho destina-se aos membros da comunidade escolar como gestores, supervisores, orientadores, professores, funcionários, alunos e pais para reflexão sobre as avaliações que ocorrem na sala de aula, na escola, no sistema de ensino, que refletem nos resultados de sucesso esperados. Pois o objetivo principal da escola é a aprendizagem dos alunos e a avaliação norteia a prática educativa. A avaliação é importante para a gestão democrática da escola, apontando rumos para alcançar os objetivos propostos pela comunidade escolar na elaboração do PPP.

2- UM OLHAR NA AVALIAÇÃO DA ESCOLA

2.1 As avaliações realizadas na escola

A avaliação escolar é um instrumento para se obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada aluno, constituindo-se em um procedimento permanente de suporte e de orientação ao processo ensino-aprendizagem, para que o professor possa planejar suas ações, auxiliando o aluno a prosseguir, com êxito, seu processo de escolarização. O processo de ensino e aprendizagem é orientado de forma a respeitar os diferentes ritmos dos alunos levando em conta suas experiências e conhecimentos já acumulados.

De acordo com a Resolução SEE/MG 521/2004 da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais,

Art. 34 - As formas e os procedimentos de avaliação da aprendizagem devem ser fundamentados e definidos no Projeto Pedagógico e no Regimento Escolar tendo como base as orientações gerais da Secretaria.

Parágrafo único - As formas e procedimentos utilizados pela escola para acompanhar e avaliar o processo de aprendizagem dos alunos devem ser objeto de registro para subsidiar a decisões e informações sobre sua vida escolar.

Art. 35 - A avaliação da aprendizagem, como parte integrante processo pedagógico, tem a função precípua de orientar o processo educativo, de modo a possibilitar:

I - o atendimento diferenciado aos alunos;

II - as adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares;

III - o registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

§ 1º - Cabe à escola, assessorada pela Inspeção Escolar, criar estratégias para organização e reorganização do tempo e do espaço escolares, bem como o melhor aproveitamento do seu corpo docente, de modo a possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado de alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem.

§ 2º - As estratégias de atendimento diferenciado devem ser previstas na Proposta Pedagógica e no Regimento Escolar e divulgadas amplamente na comunidade, em reuniões de pais e do colegiado escolar. (MINAS GERAIS, RES. SEE 521/2004)

De acordo com Janner (2009,p.03), a avaliação diz respeito a um processo que “abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos”.

Portanto, deve estar claro para aquele que avalia que ele também é parte integrante do processo avaliativo uma vez que foi o responsável pela mediação no processo de ensino-aprendizagem. Logo, quando se lança o olhar para avaliar alguém ou alguma ação no âmbito da instituição escolar, lança-se também o olhar sobre si próprio. Ao avaliar deve-se ter em mente o processo como um todo, bem como aquele a quem se está avaliando. (JANNER, 2009, p.03)

Na Escola Municipal “Antonio Matias Pereira”, avalia-se o desenvolvimento integral do aluno, concomitante, contínua e interativamente. Tendo uma função diagnóstica,a avaliação analisa os progressos e dificuldades dos alunos para auxiliar o professor no planejamento das atividades de ensino propondo novos desafios para sanarem suas dificuldades, observando os avanços e pontos a serem retomados. Busca investigar os conhecimentos, as competências e as habilidades que o aluno traz, coletando dados relevantes para reelaboração e aprimoramento do planejamento. (PPP, 2010) De acordo com o Projeto Político Pedagógico da Escola,” a avaliação diagnóstica é fundamental, e mesmo antes de qualquer aferição de desempenho específico, o professor deve investigar o campo de experiências do aluno, dentro e fora da escola.” (p. 20)

A avaliação diagnóstica permitirá fazer um raio-x das dificuldades, como análise das taxas de evasão e fracasso escolar, procurando adotar formas e estratégias para superá-las.

Os resultados da avaliação diagnóstica são analisados, registrados pelo professor, repassados aos alunos, comunicados aos pais e utilizados para orientar o planejamento a ser elaborado, para propor e executar ações na sala de aula e na escola, buscando modificar estratégias e procedimentos de ensino em que os resultados não forem satisfatórios. (PPP, 2010. p. 21)

A respeito das avaliações internas, a avaliação diagnóstica assegura aos professores uma forma continuada de acompanhamento do desenvolvimento das

capacidades dos alunos. Esta também é uma proposta integrante do conjunto de ações desenvolvidas pela SEE- MG. Santos e Varela (2007) explicam que:

[...] a avaliação diagnóstica é constituída por uma sondagem, projeção e retrospectiva da situação de desenvolvimento do aluno, dando-lhes elementos para verificar o que aprendeu. É uma etapa do processo educacional que tem por objetivo verificar em que medida os conhecimentos anteriores ocorreram e o que se faz necessário planejar para selecionar dificuldades encontradas. (p. 04).

Outra forma de avaliação interna é a avaliação feita bimestralmente com o propósito de analisar o resultado da aprendizagem, durante o desenvolvimento das atividades escolares. “Localizar a deficiência na organização do ensino-aprendizagem, de modo a possibilitar reformulação no mesmo e assegurar o alcance dos objetivos.” (SANTOS; VARELA, 2007, p. 04).

A prática da avaliação não pode ser realizada apenas no final do processo, a avaliação formativa permite ajustamentos sucessivos que ocorrem durante o processo. “A avaliação formativa é aquela em que o professor está atento aos processos e às aprendizagens de seus estudantes” (FERNANDES, 2008, p.22) segundo a autora, os processos de avaliação podem legitimar a exclusão transferindo a responsabilidade para o próprio estudante, e a escola precisa refletir sobre esses processos.

Na avaliação formativa o estudante constrói sua autonomia na medida em que tem um papel ativo no seu processo de aprendizagem. Dessa forma, o professor não preocupa em atribuir nota mas em observar e registrar o processo de aprendizagem do aluno analisando as possibilidades e capacidades de cada um e da turma, podendo planejar e replanejar os processos de ensino e as intervenções pedagógicas necessárias.

Com as informações das avaliações de aprendizagem, tem-se também informações sobre o ensino, pois na escola, a aprendizagem está ligada ao ensino. Os resultados das informações sobre a avaliação da aprendizagem são importantes para a gestão da escola assim como a avaliação institucional. A avaliação procura dar base para resolução de problemas seja na sala de aula, na escola ou no sistema de ensino, pois através dos resultados, podem ser reelaborados os planejamentos para alcançar os objetivos.

A avaliação das ações desenvolvidas na escola, de acordo com Silva (2007), “assume característica de auto-avaliação” que é organizada e realizada pela comunidade escolar¹, “pode variar em abrangência, profundidade e periodicidade e, de acordo com os objetivos propostos, envolver pessoas e utilizar os mais variados instrumentos”(p.02).

A avaliação compõe o processo educativo e caracteriza-se como meio de se obter informações e subsídios para correções e melhorias que forem necessárias. Nela elaboram-se juízos de valor, qualitativos ou quantitativos, sobre uma determinada atividade isolada ou processo, sobre um fazer, uma ação. (SILVA, 2007.p.06)

Nesse sentido, a avaliação “serve como instrumento de orientação, de revisão, de práticas” (SILVA,2007.p.06) da escola. Os dados de avaliações das ações escolares são considerados importantes para a definição de estratégias, procedimentos e tomadas de decisões para melhoria da qualidade da escola. A Avaliação Institucional se constitui assim, em um elemento importante para a gestão democrática. O autor acima investiga a participação de pais/mães nos processos de avaliação da escola, e considera que são fundamentais para a Gestão Democrática das instituições escolares, superando autoritarismos. Essa participação requer “transparência de ações, divisão de poder e corresponsabilização de todos pelos erros e acertos do processo”. (SILVA, 2007).

Quando se trata de avaliação, torna-se essencial o diagnóstico que “[...] é coletar dados relevantes, através de instrumentos que expressem o estado de aprendizagem do aluno, tendo em vista objetivos e capacidades que se pretendem avaliar, em relação a determinado objeto de conhecimento.” (MINAS GERAIS, 2004, p. 10).

O documento Acompanhando e Avaliando (MINAS GERAIS, 2004), enfatiza que a tarefa de avaliar é difícil também no momento de apontar o erro do aluno, pois apenas assinalar que uma resposta está errada ou colocar ponto de interrogação no texto não é suficiente, é preciso que alunos e familiares percebam

¹Comunidade Escolar- Para os efeitos deste trabalho, considera-se comunidade escolar como sendo, composta por professores, alunos, funcionários técnicos e outros funcionários da escola, pais, agentes comunitários, religiosos e políticos que, de um modo ou de outro estão sob influência da escola e, ao mesmo tempo, influenciam ou podem influenciar a vida da escola.

em quais aspectos podem auxiliá-los fora do ambiente escolar. Os professores devem ficar atentos também quanto os critérios de avaliação. Nas práticas pedagógicas, a avaliação deve levar em consideração todos os campos de conhecimento pertinentes à formação pessoal e social dos alunos e as suas capacidades. Com o resultado das avaliações ao longo do processo, o professor e a escola poderão se organizar para atender as necessidades de aprendizagem dos alunos.

“Não basta que os alunos não sejam reprovados na escola. Importa que aprendam para que possam ocupar um lugar na sociedade e nela atuar como sujeitos históricos” (SORDI, LUDKE, 2009, p.14). Ainda segundo as autoras, “ a escola é um lugar por excelência de concepção e implementação de bons projetos educativos” (p.14), nos quais alunos e profissionais possam aprender saberes para a vida em sociedade. Contudo bons projetos não podem basear-se apenas na avaliação, mas em vários fatores da realidade da escola, pois uma formação integral precisa interagir com as questões sociais, culturais e históricas e comprometer-se com a transformação da qualidade de vida das pessoas. Assim, a escola através da avaliação pode melhor definir as metas e objetivos de acordo com a realidade a qual está inserida, visando a formação dos alunos para a vida como sujeitos históricos, autônomos e responsáveis, capazes de atuar na sociedade com cidadania.

2.2 Avaliação Institucional - norteadora da escola

A avaliação da escola é chamada de avaliação institucional. A avaliação institucional é útil para a gestão escolar, pois permite levantar dados do trabalho que podem ser redimensionados. É importante que toda a comunidade escolar trate de forma séria todo o processo de gestão desde a identificação de um problema, com um tratamento das causas e conseqüências, as tomadas de decisões e a avaliação, a qual é possível dimensionar o esforço desenvolvido e os resultados obtidos.

A sociedade vive em constante transformação e a escola é um dos espaços que sofre conseqüências das mudanças sociais. Nesse sentido, Sordi e Ludke (2009) dizem que:

No novo contexto social, ainda é precária a relação entre sociedade e avaliação. Para que essa prática seja incorporada à agenda das pessoas e instituições, é preciso esclarecer a importância de seu uso. Avalia-se exaustivamente tudo e todos, por motivações distintas, mas as medidas educacionais (resultados dos estudantes) continuam informando que os alunos não têm aprendido aquilo que as escolas pensam estar ensinando... (p.13)

A avaliação não deve ser usada com o objetivo de punir, de classificar ou excluir. Assim, a avaliação é aplicada no intuito de verificar se o aluno aprendeu, o que é visível pelo resultado das avaliações externas de nível nacional, que avaliam o desempenho da escola. A avaliação da instituição de ensino funciona como mediadora entre a verificação em larga escala e a avaliação da aprendizagem dos alunos.

Para a avaliação da escola é preciso que haja uma participação ativa de todos os membros da instituição através do Conselho Escolar. A avaliação é feita em vários aspectos e dimensões do processo educativo, avalia-se o desempenho dos alunos, o contexto social e cultural que a escola está inserida, o processo de gestão democrática, as condições físicas, materiais e pedagógicas, a estrutura organizacional, o desempenho dos profissionais que atuam na escola e avalia-se o processo de elaboração, implementação e reformulação do Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola.

O PPP da escola é um processo de reflexão e discussão na busca de alternativas para efetivação de seus objetivos e finalidades numa vivência democrática onde todos os membros da comunidade escolar participem. O PPP está em constante movimento e sempre deve ser submetido a avaliação e diálogo sendo um processo de construção contínua. O PPP da escola construído coletivamente deve orientar as ações desenvolvidas, inclusive a avaliação, deve propor objetivos e metas a serem alcançados por toda a escola.

Segundo Fernandes (2008):

A avaliação institucional é também uma forma de permitir a melhor organização do coletivo da escola com vistas a uma gestão mais democrática e participativa que permita à coletividade entender quais os pontos fortes e fracos daquela organização escolar, bem como mobilizar, criar e propor alternativas aos problemas. (FERNANDES, 2008, p.38)

Segundo Navarro (2004), para o acompanhamento do processo educativo, o Conselho Escolar precisa refletir sobre as dimensões e aspectos a serem considerados no processo avaliativo, explorar as avaliações feitas pela escola ou pelo sistema de ensino, e realizar a própria avaliação da escola. Pode fazer um mapeamento dos aspectos das avaliações identificando pontos fortes, médios e fracos, propondo caminhos para a melhoria dos processos pedagógicos e dos resultados obtidos, além de identificar as responsabilidades para realização das metas e estabelecer prazos para o desenvolvimento das ações. Os resultados das avaliações externas são também analisados criteriosamente com o objetivo de redimensionar a prática pedagógica, priorizando as habilidades e competências que não foram consolidadas.

De acordo com Navarro (2004), na avaliação feita pelo Conselho Escolar, deve-se considerar, além do resultado das notas/conceitos dos alunos- produto, também o processo de aprendizagem, as condições da escola, as ações dos professores, tendo uma visão global da escola. Assim o Conselho Escolar auxilia a escola na efetivação do compromisso de formar cidadãos conscientes, críticos, participativos e preparados para conviver em sociedade. Portanto, todo processo é importante para a efetivação da aprendizagem, então o sucesso ou o fracasso é coletivo, de toda a escola.

Assim como diz Genuíno Bordignon (1995: 401), “a avaliação institucional constitui-se num processo de autoconsciência institucional”, que aponta causas e motivos de sucessos e de fracassos. Para o autor, não se pode separar a avaliação institucional da avaliação escolar.

[...] não faz sentido dicotomizar, ou tratar separadamente, avaliação institucional e avaliação do rendimento escolar. Considerada a missão institucional da escola, a avaliação passa a ser o diagnóstico das causas determinantes dos resultados, situados no contexto institucional, que abrange fatores internos e externos. (GENUINO BORDIGNON, 1995:404).

Assim a avaliação institucional e escolar coloca em evidência o projeto institucional, os fins da educação e as concepções pedagógicas, constituindo num

momento privilegiado de discussão do PPP da escola. Segundo Bordignon (1995) a avaliação institucional “assume importância fundamental no planejamento e gestão de organizações educacionais”. Para que a avaliação institucional atinja esses objetivos ele apresenta os seguintes pressupostos:

1º) a avaliação deve ser considerada como um processo crítico e dialógico que se opera através da negociação entre atores, dando espaço para a “pluralidade de vozes”; 2º) deve buscar atribuir valores a meios e processos (não a pessoas) e não se constituir em tribunal de julgamento, “superando a atual prática autoritária”; 3º) para alcançar os objetivos institucionais (a qualidade do ensino e a educação cidadã); 4º) frente a um referencial de qualidade (para a crítica da realidade); 5º) cumprir função diagnóstica (não classificatória), que “requer a identificação das causas”; 6º) para promover mudanças na realidade (processo decisório); 7º) e promover a cultura do sucesso institucional.” (BORDIGNON, 1995, p. 404)

A questão fundamental, tanto a da avaliação institucional quanto a do rendimento dos alunos, não se situa na quantificação de resultados, nem nos métodos de sua medição, mas na identificação dos meios e processos, das causas determinantes dos resultados, considerando a globalidade das variáveis organizacionais e representando o projeto de qualidade, a missão institucional. Assim, mais do que investigar quanto a instituição produziu ou os alunos aprenderam, passa a ser fundamental desvendar os fatores da produção, seja do conhecimento e suas manifestações, seja da aprendizagem dos alunos (BORDIGNON, 1995:403).

É preciso também ter atenção aos resultados das avaliações externas, empreendidas pelo SAEB (Sistema de Avaliação da Educação Básica). Os dados das avaliações externas são valiosos e devem ser apresentados e discutidos por toda a comunidade escolar, descobrindo formas de melhorar a qualidade do trabalho realizado e reduzir os índices de fracasso escolar. E também as médias de desempenho auxiliam o cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Os resultados das avaliações externas também devem ser usados pela escola, tanto na avaliação da aprendizagem dos alunos como na avaliação

institucional, que devem ser divulgadas e debatidas para se tornarem instrumentos de democratização da escola.

A avaliação tem o objetivo de identificar se os resultados alcançados estão de acordo ou não com os objetivos propostos. A avaliação institucional também procura verificar se os objetivos propostos pela escola e para a escola foram alcançados e redimensionar as propostas se necessário, sempre de forma democrática, coletiva e dialógica entre os membros da comunidade escolar.

3- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação institucional pode ajudar a explicar resultados da avaliação da aprendizagem. O acompanhamento das avaliações de aprendizagem dos alunos deve ser pautado em parâmetros de avaliação definidos para promover formas de superação de dificuldades com uma atenção especial.

A avaliação da atuação da escola, do currículo escolar, dos profissionais, da gestão, das relações interpessoais entre os membros da comunidade escolar, como todas as atividades desenvolvidas na escola, deve ser objeto de avaliação contínua. A função primeira da escola é propiciar a aprendizagem efetiva dos alunos, garantindo o acesso e a permanência na escola para o sucesso escolar.

A avaliação deve estar inserida num projeto de educação e de sociedade, num Projeto Político Pedagógico, sendo uma questão política. Como sustenta Vasconcellos (1998), na perspectiva de uma “práxis transformadora” a avaliação deve ser considerada como um “compromisso com a aprendizagem de todos” e “compromisso com a mudança institucional. A mudança depende de planejamento, de projeto e de avaliação contínua, em que a comunidade escolar, representada pelo Conselho Escolar, contribui para a elaboração e execução de um PPP eficiente que esteja voltado para a realidade social, cultural e histórica da Instituição, sendo um processo de reflexão-ação-reflexão de forma dialógica para a melhoria da qualidade da educação e para formação plena de cidadãos pra a vida em sociedade.

A avaliação da aprendizagem e a avaliação institucional são ferramentas importantes para o processo de gestão democrática da escola, fornecendo dados necessários para os rumos que a escola deve seguir. Segundo Souza (2005), a avaliação objetiva identificar em que medida os resultados alcançados estão próximos dos objetivos propostos. A prática pedagógica e a avaliação devem ser resultados de uma reflexão constante. É preciso garantir a avaliação freqüente das ações para redimensionamentos necessários, sempre contando com a participação da comunidade escolar nos moldes de uma gestão democrática, assim como previsto no PPP da Escola Municipal “Antonio Matias Pereira” de Coromandel-MG.

4- REFERÊNCIAS

BORDIGNON, Genuino. Avaliação na gestão das organizações educacionais. In Revista **Ensaio**, Rio de Janeiro, Fundação CESGRANRIO, vol 3, Out/Dez., 1995, pp. 401-410.

FERNANDES, Cláudia de Oliveira. **Indagações sobre currículo: currículo e avaliação**. MEC. Brasília, 2008. 44p.

JANNER, Sirlei, **Concepções Pedagógicas no Âmbito de Um Currículo voltado para os Ciclos de Formação Humana**. Disponível em <http://www.webartigos.com/articles/25332/1/>. Acesso em 10/12/2010

MINAS GERAIS. **Acompanhando e Avaliando**. Universidade Federal de Minas Gerais. Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais, 2004c. 31 p. (Coleção: Orientações para a Organização do Ciclo Inicial de Alfabetização; 4).

MINAS GERAIS. SEE. **Resolução nº 521/04 de 02/02/04**. Disponível em https://www.educacao.mg.gov.br/institucional/legislacao/resolucoes/search_result. Acesso em 09 de dezembro de 2010.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). **Avaliação: o processo e o produto**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20 de novembro de 2010

Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antonio Matias Pereira. Coromandel, MG. 2010. p 23.

SANTOS, M. R.; VARELA, S. A Avaliação como um Instrumento Diagnóstico da Construção do Conhecimento nas Séries Iniciais do Ensino Fundamental. **Revista Eletrônica de Educação**. Ano I, No. 01, ago. / dez. 2007. Disponível em: <web.unifil.br/docs/revista_eletronica/educacao/Artigo_04.pdf> Acesso em: 23 nov. 2010.

SILVA, Itamar Mendes da – **A avaliação Institucional e a Gestão Democrática na Escola**. 2007. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/gt05-2830> Acesso em: 09 de dezembro de 2010.

SORDI, Mara Regina de e LUDKE, Menga. **O nó da Avaliação- novos conceitos e paradigmas educacionais**. PÁTIO- Revista Pedagógica. Ano XIII. Maio/Julho 2009.p. 12-15

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição**. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 20 de novembro de 2010

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Avaliação da aprendizagem: práticas de mudança**. São Paulo, Libertad, 1998.



UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
“ANTONIO MATIAS PEREIRA”

LAZARA DO CARMO PARREIRA
GUILHEMAR HONORATO PEREIRA

COROMANDEL, 2010



escola de gestores
da educação básica

UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FAE – FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL
TURMA: PÓLO FRUTAL – 11

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA MUNICIPAL
“ANTONIO MATIAS PEREIRA”

Trabalho apresentado à disciplina Projeto Vivencial do Curso
Formação de Gestores da Universidade Federal de Minas
Gerais.

Orientação: Grazielle Mariano Batista Maia.

COROMANDEL, 2010

SUMÁRIO

I - INTRODUÇÃO	04
II – FINALIDADES DA ESCOLA.....	07
III - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	09
IV – CURRÍCULO.....	17
V - TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES.....	18
VI - PROCESSOS DE DECISÃO.....	19
VII - RELAÇÕES DE TRABALHO.....	19
VIII - AVALIAÇÃO.....	20
IX - CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	21
X – BIBLIOGRAFIA.....	23

I – INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é um documento que ao ser construído propõe novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos neste processo. Sabemos que nenhum Projeto Político Pedagógico pode ser dado como pronto e acabado sob pena de cristalizar e deixar de acompanhar os movimentos da história. Portanto nossa reflexão contínua, baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos, nos encaminha para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico é um documento norteador da Ação Pedagógica da Escola Municipal “Antônio Matias Pereira”. É fruto da interação entre os objetivos e prioridades estabelecidas pela coletividade, que estabelece, através da reflexão, as ações necessárias à construção de uma nova realidade. Antes de tudo, é um trabalho que exige comprometimento de todos os envolvidos no processo educativo: professores, equipe técnica, alunos, pais e a comunidade escolar. Exige uma rigorosa análise teórica da prática escolar, a fim de compreender as contradições, limites e possibilidades que a constituem. O Projeto Político Pedagógico vem sendo construído e propondo novos caminhos, para uma escola diferente. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos os envolvidos neste processo.

A participação e a construção coletiva transformam o Projeto Político Pedagógico num instrumento de democratização das relações e de socialização do saber, pois esse projeto é a própria organização do trabalho escolar como um todo em suas especificidades, níveis e modalidades. É um instrumento definidor, mas não definitivo que acompanhará a evolução da Escola Municipal “Antônio Matias Pereira” permitindo mudanças metodológicas, didáticas, processuais explicitando pressupostos teóricos básicos tais como: necessidades de atender as diferenças individuais, respeito aos ritmos de desempenho dos alunos, revisão da organização curricular tratando conteúdos como meios e não como fins no processo de aprendizagem. Este documento é o resultado de estudos, discussões, reflexões, grupos de estudo, jornadas pedagógicas, conselhos de classe, pesquisas e consultas junto à comunidade escolar.

A Escola Municipal “Antônio Matias Pereira ” foi criada pelo Decreto 316/83 da SEE, está situada na Rua Sebastião de Moura, nº 367, no Bairro Brasil Novo, Coromandel-MG. Foi inaugurada no dia 26/09/1996. Iniciou suas atividades escolares em fevereiro de 1997, de

acordo com o parecer n.º 587 DE 07/07/1997 e a Portaria n.º 1446 de 14/11/1997, atendendo inicialmente 260 alunos, distribuídos em 8 turmas, 2 turnos, incluindo alunos oriundos da Nucleação Escolar. Foi criada para ministrar o Ensino Fundamental de 1ª à 8ª Séries.

A criação do Projeto foi feita na gestão do ex- prefeito Nivaldo Humberto da Silva e a aprovação e execução do mesmo na gestão do ex - prefeito Elias José Ferreira. A primeira diretora foi a professora Angelita Valadares Hermann, que com seu espírito de liderança contribuiu significativamente para o engrandecimento desta Escola. A professora Conceição Aparecida Pimentel Pereira foi a segunda diretora que também trabalhou arduamente para que a Escola “Antônio Matias Pereira” oferecesse uma educação de qualidade. Atualmente, a diretora é a professora Lázara do Carmo Parreira, auxiliada pelas vices - diretoras Maria das Dores Silva Machado e Sônia de Freitas Magalhães, eleitas no ano de 2007, pela comunidade escolar.

Atualmente a escola oferece a Educação Infantil – Pré-escolar – 2º período, o Ensino Fundamental de 1º ao 9º ano a EJA - Educação de Jovens e Adultos (1ª a 4ª etapa) e quatro turmas atendidas no Tempo Integral. Atendemos no turno matutino, quatro turmas do Ensino Fundamental, do 1º ao 5º ano e 7 turmas do 5º ao 9º ano e 2 turmas do tempo integral. No turno vespertino, atendemos duas turmas da Educação Infantil, 2 turmas do Tempo Integral, 4 turmas do Ensino Fundamental, 1º ao 5º ano. E o noturno duas turmas da EJA - Educação de Jovens adultos – 1ª a 4ª etapa. No turno matutino contamos com 244 alunos, sendo 84 alunos do 2º ao 5º ano e 160 alunos do 6º ao 9º ano. No turno vespertino temos 162 alunos, sendo 28 da educação infantil, 134 do Ensino Fundamental de primeiro ao quinto ano, e da EJA, 15 alunos de primeira a quarta etapa e 85 alunos atendidos do Tempo Integral.

O quadro docente é formado por 36 professores em exercício, sendo formados com nível superior e especializados nas suas respectivas áreas de ensino. Temos duas bibliotecárias, uma para cada turno, elas fazem o controle do acervo da biblioteca, atendem os alunos e trabalham com projeto de leitura, desenvolvendo o hábito de leitura dos nossos alunos. O papel do professor é eleger a prática que melhor se aproxime da proposta eleita coletivamente pela comunidade escolar. Para que haja participação na concepção de um planejamento dialógico, a virtude fundamental do educador é não dicotomizar a teoria e a prática.

A diretora e vice-diretoras são responsáveis pela coordenação de todas as atividades escolares, devendo ser capazes de envolver os demais profissionais para o avanço da qualidade de trabalho desenvolvido na escola. As supervisoras são responsáveis pelas diretrizes gerais, especialmente pedagógicas.

O PPP é um processo permanente de reflexão e discussão buscando alternativas viáveis à efetivação de seus objetivos e finalidades numa vivência democrática onde todos os membros da comunidade escolar participam exercendo a cidadania. Sendo um documento democrático é importante que a abordagem fundamente-se nos princípios que norteiam uma escola democrática, pública e gratuita: igualdade de condições para acesso e permanência dos alunos na escola; qualidade de ensino para todos; gestão democrática, com ampla participação dos segmentos da escola nas decisões e ações desenvolvidas; autonomia; e, a valorização do magistério.

A escola que tem uma gestão democrática está sempre aberta ao diálogo. O diretor é o gestor que motiva e incentiva o grupo para a participação, com o objetivo de uma educação de qualidade. Mudanças são sempre necessárias e possíveis de realização se contar com o empenho de todos. A escola deve procurar formar o aluno para a vida, sendo um ser social, como sujeito ativo e participativo na sociedade, não apenas na formação pedagógica. A participação coletiva ajuda a construção de um ambiente de transparência, responsabilidade e companheirismo. A parceria nas decisões pedagógicas, jurídicas, administrativas e financeiras é fundamental para a autonomia da escola. É necessário pensar no futuro da escola e dos alunos, na definição de metas, estratégias de ação, num planejamento participativo.

Para elaboração do Projeto Político Pedagógico é imprescindível, um processo democrático, participativo e dialogado, onde os principais agentes construtores devem ser ouvidos, tem direito a defesa de suas idéias através de processos democráticos construindo objetivos, metas e prazos a serem alcançados. O Projeto Político Pedagógico está em constante movimento e sempre deve ser submetido a avaliação e diálogo sendo um processo de construção contínua, também nunca estará pronto e acabado.

A direção juntamente com a equipe da Escola, a comunidade escolar, em parceria com Prefeitura Municipal de Coromandel, através da SEMEC- Secretaria Municipal de Educação e Cultura e SRE - Superintendência Regional de Ensino de Monte Carmelo-MG, busca desenvolver o trabalho de crescimento da qualidade do ensino e da educação. Ainda existem vários desafios, mas a comunidade escolar da Escola trabalha unida e comprometida constantemente para concretizar todos os objetivos almejados.

II - FINALIDADES DA ESCOLA

Cabe a educação trabalhar na perspectiva da formação do ser humano, afirmando e reafirmando valores como: solidariedade, justiça, liberdade, compromisso coletivo, respeito, limites e outros. A educação, diante das rápidas transformações busca caminhos para construir sua autonomia, buscando o equilíbrio, a convergência e a coesão das ideias, visando o pleno desenvolvimento dos alunos, educando-os para serem líderes e senhores da própria vida.

Visando a formação de um cidadão crítico, criativo e independente que seja capaz de transformar o mundo com competência e dignidade para uma sociedade mais justa e humana, com igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a Escola Municipal “Antonio Matias Pereira” abre espaço ao educando, dando-lhe a oportunidade de participar de uma educação para a transformação. Tem como objetivo maior a valorização do aluno em todos os seus aspectos, orientando-o na formação de seu caráter, educando-o para e com amor, através dos ideais de respeito, cooperação e solidariedade para que na prática de sua vida saiba amar, questionar, optar, criar, decidir e agir, tendo como base valores realmente verdadeiros.

A escola ideal é aquela que atende as necessidades dos alunos sendo democrática e cidadã, somando experiências, informações e afetividade; possibilitando o exercício da cidadania, da cooperação, do respeito às normas de forma consciente e contribuindo para a formação de uma postura participativa, tendo como objetivo formar seres independentes e competentes, despertando a curiosidade, o desejo de decifrar o “novo”, sendo educadores e alunos cúmplices no processo de ensino-aprendizagem .

A escola que sonhamos e queremos é uma escola aberta em todos os sentidos. A biblioteca terá variadíssima bibliografia e será visitada por todos os alunos e comunidade. O laboratório será moderno e acessível a todos e se construirá um real campo de descobertas e experiências. Os alunos se conectarão com o mundo através de Internet, do teatro, da poesia, das artes, da música de forma que seus valores floresçam e os tornem sujeitos capazes de viver e conviver com os outros de forma igualitária e humana.

A nossa escola toda cercada de verde, constituirá para nossos alunos uma sensível visão da importância da natureza e preservação ambiental. Dentro da nossa escola serão promovidos frequentes campeonatos, gincanas, olimpíadas, com intercâmbios com outras escolas. O esporte não será apenas mais que atividade de lazer, será um momento de exercício da fraternidade e da solidariedade, uma atividade de promoção humana.

Na escola, dos nossos sonhos a comunidade e as instituições governamentais e não governamentais serão companheiras de ideal e nos darão total apoio e se sentirão responsáveis com os ideais da escola. Na escola de nossos sonhos todos os funcionários, professores, alunos e comunidade, terão verdadeiro prazer de estarem juntos.

A Educação, dever da Família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Na Escola Municipal “ Antônio Matias Pereira” o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – gratuidade do Ensino Público;
- VI – valorização do profissional da educação escolar;
- VII – gestão democrática do ensino público, na forma da LDBEN e da Legislação dos Sistemas de Ensino;
- VIII – garantia de padrão de qualidade;
- IX – valorização da experiência extra- escolar;
- X – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

A Educação Básica tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

São objetivos específicos da escola:

- I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;
- II – ministrar um ensino voltado para desenvolvimento integral do aluno;
- III – promover a capacitação dos profissionais através de grupos de estudo, palestras e etc. ;
- IV – incentivar a inovação pedagógica dos professores;
- V – administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros;
- VI – assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas – aula estabelecidas;
- VII – velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente;
- VIII – prover meios para recuperação dos alunos de menor rendimento;

IX – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola;

X – informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica.

A Escola Municipal “Antonio Matias Pereira” tem o objetivo principal de possibilitar ao educando o aprendizado necessário para viver e conviver em sociedade, superando suas próprias deficiências, desenvolvendo a auto-estima, o autoconhecimento, aproveitando suas experiências, mostrando-o que a vida é um desafio, que deve conhecer, aceitar, interpretar e enfrentar, contribuindo para a construção de um mundo melhor.

III - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal “Antônio Matias Pereira” foi criada com o objetivo de atender os alunos do Bairro Brasil Novo e da nucleação escolar. Com o passar do tempo e com o desenvolvimento de nossa cidade, além da clientela acima citada, o atendimento se estendeu aos alunos do Bairro Brasilzinho, Morada Nova e Piteiras e alguns alunos do centro da cidade.

Os alunos apresentam uma grande diversidade social e cultural, dentro e fora dos contextos escolares. Muitos são da zona rural e utilizam o transporte escolar público. Outros residem nos bairros próximos. Os alunos estudam e buscam na escola saberes que na maioria das vezes não encontram em casa, pois a maioria das famílias possui pouca formação escolar. Através de entrevistas pudemos constatar que grande parte dos pais não terminou o Ensino Fundamental, sendo que alguns deles só conseguem assinar o próprio nome.

A EJA foi implantada para que além dos objetivos do próprio ensino, possa também qualificar os pais para que eles possam colaborar com a escola nas tarefas extra classe. A equipe pedagógica da Escola ainda enfrenta o desafio da evasão dos alunos da EJA, visto que por trabalharem o dia todo, acabam desistindo dos estudos devido ao cansaço.

Na escola há alunos com dificuldade de aprendizagem que são atendidos pelo reforço escolar através da orientação da professora eventual em horário alternado. São organizadas monitoria de alunos, onde uns orientam os outros. Os professores dos anos iniciais são orientados a trabalharem com materiais concretos com o objetivo de despertar o interesse de toda a turma.

Há inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, com o apoio da APAE. A escola atende alunos com deficiência física que apresentam dificuldade de

locomoção. As atividades são desenvolvidas de acordo com as possibilidades de cada um buscando sempre a inclusão. Temos também alunos que apresentam dificuldade de aprendizagem acentuada, diagnosticada como deficiência mental com atendimento especial por parte dos docentes da escola e da APAE.

A Educação Infantil – Pré-escolar é a primeira etapa da educação básica e tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos: físico, psicológico, intelectual e social, completando a ação da família e da comunidade. A Escola Municipal “Antônio Matias Pereira” oferece o 2º período da Educação Infantil e é destinada às crianças que completem cinco anos até a data prevista na legislação vigente. O 2º período da Educação Infantil terá a duração de um ano, tendo uma carga horária mínima de 800 (oitocentas) horas ministradas em 200 dias letivos. A avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para acesso ao Ensino Fundamental.

O Ensino Fundamental tem por objetivo a formação básica do aluno, mediante o desenvolvimento de capacidades de aprendizagem, conhecimentos, habilidades, atitudes e valores. De acordo com a Lei Federal nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, por força do decreto 43.506 de 06 de agosto de 2003 e da Resolução SEE nº 430.506 de 07 de agosto de 2003, o Ensino Fundamental tem duração de 09 anos e tendo em vista o disposto na Resolução SEE nº 1086 de 16 de abril de 2008, o Ensino Fundamental estrutura-se em 05 anos iniciais e quatro anos finais.

O Ensino Fundamental com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais e quatro anos finais com uma carga horária anual mínima de 800 horas. Os anos iniciais organizam-se em dois ciclos:

I – Ciclo da alfabetização, com duração de três anos de escolaridade;

II – Ciclo complementar, com duração de dois anos de escolaridade.

O ciclo da alfabetização, a que terão ingresso os alunos com idade prevista na legislação, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que, ao final de cada ano, todos os alunos sejam capazes de:

I – 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II – 2º ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais

III – 3º ano

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem:

I – ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

II – na área da Matemática, compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

O Ciclo Complementar, a que terão ingresso os alunos que já adquiriram as habilidades de ler e escrever, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, sejam capazes de:

I – 4º Ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatário e contexto;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II – 5º ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de idéias, correção, ortográfica e gramatical;
- b) ler compreendendo o conteúdo dos textos, sejam eles informativos, literários, de comunicação ou outros gêneros.

Parágrafo único – Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos devem:

I – ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

II – na área da Matemática, dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Os quatro anos finais do ensino fundamental, organizados em regime anual, terão a denominação: 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano para os alunos que estão cursando o ensino fundamental com duração de nove anos.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA- é oferecida em curso presencial e destina-se aqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos na idade própria, nos anos iniciais – 1ª, 2ª, 3ª e 4ª etapas. A matrícula é opção do candidato com idade mínima de 15 (quinze) anos.

A escola conta com atendimento do Projeto de Tempo Integral onde os alunos dos anos iniciais participam de oficinas de Língua Portuguesa, Matemática, Artes, Teatro, Jogos, Aulas de Informática, Educação Física, Música. Tem o objetivo de suprir a defasagem de aprendizagem dos alunos, mediante atendimento específico, reduzindo a possibilidade de retenção, por meio da ampliação e permanência diária do aluno na escola e através de experiências pedagógicas, socioculturais, artísticas e esportivas, com ênfase na alfabetização, letramento e matemática.

A ação pedagógica é voltada para o aluno situando-o no seu contexto educacional. As atividades extracurriculares continuam sendo um desafio para os professores. São desenvolvidos Projetos Interdisciplinares, com o objetivo de desenvolver habilidades em todos os conteúdos trabalhados. A Equipe Pedagógica busca sempre o constante aperfeiçoamento da sua prática. A organização da prática educativa resultará de um trabalho coletivo, buscando fortalecer em cada ação ou decisão tomada por seus profissionais, a formação e o sucesso escolar do aluno. Nos anos iniciais do ensino fundamental, diferentes possibilidades de agrupamento e reagrupamento dos alunos serão utilizadas como estratégia pedagógica para garantir a efetiva aprendizagem de todos como, turmas organizadas por idade e nível de escolarização e grupos temporários de alunos da mesma turma ou de turmas distintas, organizados para atendimento diferenciado ou para a realização de atividades específicas.

A avaliação escolar é um instrumento para se obter informações sobre os avanços e as dificuldades de cada aluno, constituindo-se em um procedimento permanente de suporte e de orientação ao processo ensino-aprendizagem, para que o professor possa planejar suas ações,

a fim de conseguir ajudar o aluno a prosseguir, com êxito, seu processo de escolarização. A avaliação da aprendizagem como parte integrante do processo pedagógico e baseada em objetivos educacionais definidos para cada etapa, ciclo ou ano, tem a função precípua de identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas de modo a possibilitar: o atendimento diferenciado aos alunos; as adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares; o registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Alguns alunos apresentam problemas comportamentais oriundos da desestruturação familiar e social, o que vem refletindo negativamente na aprendizagem e nos diferentes níveis de relacionamento, gerando a necessidade do desenvolvimento de ações alternativas que viabilizem a melhoria da qualidade de vida em toda comunidade e, em especial, na Escola.

Visando possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo que elas surgirem, são adotadas as seguintes estratégias: constante assistência individual, formação de grupos com monitoria, atividades extra-turno, aulas de apoio ministradas pelo professor eventual, acompanhamento individual pela supervisora. Quando necessário, observando-se casos mais específicos, os alunos que apresentam grandes dificuldades de aprendizagem são encaminhados para o diagnóstico com psicólogos da Secretaria Municipal de Educação ou da APAE.

Os resultados das avaliações externas são analisados criteriosamente com o objetivo de redimensionar a prática pedagógica, priorizando as habilidades e competências que não foram consolidadas. Todo o trabalho é elaborado através do Plano de Intervenção Pedagógica, um instrumento norteador das mudanças metodológicas, didáticas e processuais necessárias para a evolução do aluno.

A equipe docente é motivo de orgulho para nossa escola, sendo formada por professores com nível superior e especializados nas suas respectivas áreas de ensino. Os professores são flexíveis às mudanças propostas e dispostos a aplicar metodologias diferenciadas com o objetivo de inovar as práticas didáticas, buscando o interesse do educando. Todas as estratégias são planejadas em grupo e realizadas com entusiasmo pelos profissionais responsáveis.

A gestão escolar está associada aos princípios de democracia e valorização pessoal, caracterizando-se por ser aberta e flexível, em relação às questões dentro e fora do contexto educacional. O Colegiado, órgão representativo da comunidade escolar, com funções de caráter deliberativo, consultivo, de monitoramento e avaliação nos assuntos referentes à gestão pedagógica, administrativa e financeira respeitadas as normas legais pertinentes. É

presidido pelo diretor e composto por demais representantes da comunidade escolar, portanto é um parceiro constante em todas as diretrizes traçadas e em todas as decisões tomadas. Todos os membros participam ativamente das reuniões, colaboram nos eventos, analisam e decidem questões importantes para garantir o êxito do aluno e conseqüentemente da escola em seu todo.

As funções deliberativas compreendem as decisões relativas às diretrizes pedagógicas, administrativas e financeiras, previstas no Projeto Pedagógico da Escola. As funções consultivas referem-se à análise de questões encaminhadas pelos diversos segmentos da escola e apresentação de sugestões para solução de problemas. As funções de monitoramento e avaliação referem-se ao acompanhamento da execução das ações pedagógicas, administrativas e financeiras e à avaliação do cumprimento das normas da escola e de seu projeto pedagógico.

O Conselho de Classe é um órgão colegiado que tem por objetivo a avaliação coletiva do processo de aprendizagem do aluno. É composto pelo pessoal docente e técnico-pedagógico, devendo ser coordenado pelo Diretor ou por outro profissional por ele indicado. Compete ao Conselho de Classe: subsidiar a construção do Projeto Político Pedagógico da Escola, servindo de fórum de discussões para definição de:

- metodologia e estratégias de ensino;
- critérios de seleção de conteúdos curriculares;
- projetos coletivos de ensino e atividades;
- formas de acompanhamento dos alunos em seu percurso nos ciclos;
- critérios para apreciação do desempenho dos alunos ao longo e ao final dos Anos;
- elaboração de fichas de registro do desempenho do aluno para acompanhamento no decorrer dos Ciclos e Anos e para informação aos pais;
- formas de relacionamento com a família;
- propostas curriculares diversificadas em função dos interesses e necessidades do aluno.

A Caixa Escolar é uma sociedade civil, com personalidade jurídica e direito privado, sem fins lucrativos, criada para administrar os recursos recebidos da Secretaria da Educação ou da Comunidade. Os recursos recebidos e administrados pela Caixa Escolar são recursos diretamente arrecadados pela própria Escola, através de doações e auxílio, concedidos por pessoas jurídicas - públicas e privadas, por particulares ou por grupos comunitários; recursos vinculados repassados diretamente à Escola pelo FNDE através do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). A Secretaria Municipal de Educação através de verbas específicas mantém a escola tanto no que se refere aos recursos humanos quanto aos materiais. A Caixa

Escolar compõe-se de: Assembléia Geral, Diretoria e Conselho Fiscal. As competências dos órgãos que compõem a Caixa Escolar estão estabelecidas em Estatuto próprio que rege também todas as normas de funcionamento da mesma, observadas as legislações específicas.

Avaliações de desempenho dos funcionários são realizadas na Escola junto ao profissional, de acordo com parâmetros estabelecidos pela Secretaria Municipal de Educação – SEMEC e Secretaria de Recursos Humanos do Município. O pessoal do Magistério está sujeito ao regime previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais.

A Biblioteca tem por finalidade, auxiliar no desenvolvimento do currículo, dos programas específicos e das atividades escolares em geral, constituindo uma fonte de informação, leitura e consultas para alunos e professores, ainda cuidando da catalogação, guarda e fornecimento para uso de livros e material didático. A organização e funcionamento da Biblioteca estão sujeitos às normas legais vigentes e às necessidades da Escola. Na biblioteca encontra-se a televisão, o DVD e o data-show, quando é preciso usá-los os alunos se assentam no chão. Para a leitura, os livros são levados para a sala de aula em caixinhas organizadas pelas bibliotecárias. O espaço da biblioteca é inadequado para aulas de leitura, é necessário a adequação para estimular no aluno o gosto pela leitura de forma prazerosa, organizando o espaço e o acervo bibliográfico para que ele possa viajar no mundo mágico e lúdico da leitura. Para isso são necessários a aquisição de mesas e cadeiras, tapetes, almofadas, jornais, revistas, gibis, livros infantis e infanto-juvenis e obras literárias.

O “ Cantinho de Leitura” , dentro da estratégia de enriquecer de forma substantiva a aprendizagem no Ciclo da Alfabetização e no Ciclo Complementar do Ensino Fundamental , se organizam dentro das salas de aula, visando garantir aos alunos o acesso à leitura de livros de literatura, ampliando o seu universo através do desenvolvimento do gosto pela leitura e do estímulo ao espírito criativo e crítico.

A secretaria escolar é encarregada de toda a escrituração escolar e está subordinada a direção da escola. O serviço de secretaria fica a cargo da secretária escolar e seus auxiliares. Compete aos responsáveis pela Secretaria dentre outros: atender as solicitações dos órgãos competentes no que se refere ao fornecimento de dados relativos ao estabelecimento; manter atualizada toda documentação do estabelecimento sob sua responsabilidade; zelar pela boa ordem da documentação escolar; informar e atender o pessoal docente, discente e administrativo da Escola, sobre a legislação que lhes dizem respeito; expedir certidões ou quaisquer outros documentos oficiais da Escola.

A cozinha é espaçosa, mas não é azulejada dificultando o trabalho de limpeza e ainda conta com um tanque no seu interior. Os alimentos são acondicionados na despensa em

armários de alvenaria sem portas. No refeitório temos mesas e bancos para acomodação. É necessária a colocação de pisos nas paredes e ampliação do depósito. As auxiliares de serviços são treinadas e preparam os alimentos de acordo com os procedimentos e técnicas de higiene necessária. Para os alunos de nucleação é servido o almoço. A Merenda servida é de boa qualidade, obedecendo aos cardápios sugeridos pela SEMEC que mantém uma nutricionista que acompanha e orienta regularmente o preparo da merenda. Realizamos trabalhos educativos com relação a hábitos alimentares e higiene, através de projetos, aulas expositivas, cartazes, e palestras em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde.

Sendo a escola um lugar de apropriação do conhecimento, os educadores sempre buscam uma nova forma de trabalhar os conteúdos, inter-relacionando-os com a realidade do educando de forma crítica e criativa, através do diálogo, questionamento, pesquisa, problematização e com o objetivo de ampliar o raciocínio. Utilizam variados meios de expressão e comunicação oral e escrita, ampliando o conhecimento dos alunos que se apropriam da leitura, escrita e cálculos e situando-os dentro de uma realidade individual e coletiva, tornando-os conscientes da importância do seu papel como cidadãos.

Planejar significa, a partir da realidade do aluno, pensar as ações pedagógicas possíveis de serem realizadas, no intuito de possibilitar a produção e internalização de conhecimentos por parte do educando. Além disso, o planejamento deve contemplar a possibilidade de um movimento de ação-reflexão-ação na busca constante de um processo de ensino-aprendizagem produtivo. Portanto, não cabe mais uma mera lista de conteúdos. Deve-se dar ênfase as atividades pedagógicas; o conteúdo em sala de aula será resultado da discussão e da necessidade manifestada a partir do conhecimento que se tem do próprio aluno. Logo, de posse de alguns dados referentes ao conhecimento internalizado pelo educando, passa-se a reflexão e discussão sobre os conhecimentos historicamente sistematizados. Essa forma permite que professor/a e aluno/a avancem em seus conhecimentos e se constituam como sujeitos reflexivos.

A equipe pedagógica da Escola a partir do princípio de que “todos os alunos podem aprender”, valoriza em cada aluno o seu potencial de aprendizagem, trabalhando a autoestima do educando para que ele possa organizar melhor suas ideias, comunicar-se com mais clareza, expressando seus pensamentos. A cooperação e a interação são exercitadas, possibilitando o agir e o crescer com o outro.

As estratégias de atendimento diferenciado para os Ciclos da Alfabetização e Complementar são definidas em Planos de Intervenção Pedagógica com ênfase no

atendimento individualizado através do apoio do professor eventual, das bibliotecárias, das supervisoras e do atendimento no Projeto de Tempo Integral.

A gestão escolar é exercida de forma transparente, responsável e compartilhada, fundamentada nas necessidades, interesses, possibilidades e expectativas da comunidade escolar. A Gestão Escolar expressa uma mudança de paradigmas. Está associada ao fortalecimento da ideia de democratização do processo pedagógico, entendida como participação de todos nas decisões e na efetivação. É segura e alimenta grandes expectativas em relação ao pessoal e os alunos. É aberta e flexível em relação a questões educacionais e gerenciais; sendo também democrática e comprometida com o bem estar dos educadores, educandos e demais funcionários e comunidade.

IV- CURRÍCULO

O processo de ensino e aprendizagem é orientado de forma a respeitar os diferentes ritmos dos alunos levando em conta suas experiências e conhecimentos já acumulados. A implementação do currículo favorece as atividades interdisciplinares e o estudo de temas transversais de modo a relacionar conteúdos da aprendizagem com a formação de valores sociais e éticos.

O Currículo refletirá aos princípios legais de acordo com a LDB 9394/96, onde serão fixados para o Ensino Fundamental, de maneira a assegurar formação básica e respeito aos valores culturais, éticos e regionais.

O currículo extrapola o “fazer” pedagógico abrangendo elementos como grade curricular, disciplinas, conteúdos e conhecimento. É necessário resgatar os saberes que o/a aluno/a traz de seu cotidiano. Elencado o objeto do conhecimento, este não deve ser trabalhado de forma superficial e desvinculado da realidade.

Nosso currículo será flexível de acordo com a realidade de nossos alunos, integrando a interdisciplinaridade, para que o professor seja o mediador de um processo que deverá ser desenvolvido por meio de trabalhos de campo, pesquisas, estudos individuais e em grupo, com temas relacionados ao mundo atual e a comunidade que os cerca.

O currículo em ação interage com o planejado, que deve constituir o referencial básico do trabalho do professor: o inesperado que há de ser incorporado no dia-a-dia, por ser significativo e ter sentido para o aluno e para o processo; o não-reconhecido, que, por sua vez, permeia todo o trabalho. O nosso currículo será muito mais do que conteúdos a serem

trabalhados, serão valores, atividades, posturas e concepções presentes na nossa escola apontando o rumo para uma educação de qualidade.

A abordagem dos conteúdos é interativa e contextualizada, num movimento crescente de compreensão da realidade, tendo como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais, os Conteúdos Básicos Comuns, os Cadernos da Secretaria Estadual de Educação /MG, elaborados pelo CEALE, os guias do Professor Alfabetizador, os Boletins Pedagógicos de Avaliação Externa (SIMAVE E PROEB) e o material da Formação Continuada Pró - Letramento e Gestar II.

É função da escola, apresentar ao aluno, com os instrumentos de cada disciplina, as possibilidades de leitura das dimensões do todo, integrando-as interdisciplinarmente, para uma visão de complexidade da realidade. A necessária superação da visão fragmentada de conhecimento pode viabilizar-se no currículo, integrando as disciplinas para a compreensão da realidade em suas dimensões.

V – TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

A Escola Antonio Matias Pereira está construída em um amplo terreno, tem três pavilhões e ao todo tem 15 salas de aula e ainda diretoria, secretaria, sala dos professores, banheiros para alunos adaptados a portadores de deficiência, cantina, galpão, quadra de esportes, quadra de areia e ampla área verde.

A escola, de acordo com a legislação vigente, adota o regime de ciclos o que requer muito do corpo docente que tem como tarefa: conhecer as necessidades educativas, cognitivas, sociais e culturais dos educandos, planejar atividades escolares de acordo com os saberes, os valores, os hábitos e significados próprios do ciclo de formação do qual o aluno faz parte, articulando os saberes sociais a partir da experiência sociocultural dos educandos.

O Ensino Fundamental com duração de nove anos estrutura-se em cinco anos iniciais, e os quatro anos finais do Ensino Fundamental. Os anos iniciais estão organizados em dois ciclos: Ciclo da Alfabetização e Ciclo Complementar. O Ciclo da alfabetização tem duração de três anos , sendo: 1º ano, 2º ano e 3º ano e o Ciclo Complementar tem duração de dois anos , 4º e 5º ano. Os anos finais do Ensino Fundamental estão organizados em regime anual, terão denominação de 6º ano, 7º ano, 8º ano e 9º ano.

A escola é sempre um espaço privilegiado de comunicação humana, onde se forma o ser humano em todas as suas potencialidades. A Escola organiza o seu espaço, utilizando de maneira efetiva da quadra, biblioteca, as salas de aula, os pátios e as demais dependências de modo a favorecer a aprendizagem em todos os ambientes. Os alunos são incentivados através de projetos a conservar o prédio da escola bonito e limpo. O espaço escolar proporciona o conhecimento, a cultura, trabalho em equipe, a inovação e experimentação, permitindo a aprendizagem cooperativa e autônoma, bem como a flexibilidade de atividade docente e discente. As salas de aula são organizadas em círculos, em grupos e outras formas variadas, procurando romper com forma tradicional das carteiras enfileiradas, as aulas expositivas, o quadro e o giz.

VI- PROCESSO DE DECISÃO

O diálogo é o lema da Instituição em todas as situações. Todos os funcionários são valorizados e todas as ações são pautadas nos princípios da afetividade, confiança, carinho e respeito. A escola incentiva a responsabilidade social, a tolerância, a liberdade de expressão e a generosidade. Várias estratégias são adotadas cotidianamente buscando vivenciar a disciplina dentro e fora da Escola para assim, promover um clima de harmonia no processo ensino-aprendizagem.

A organização da prática educativa resulta de um trabalho coletivo, buscando fortalecer em cada ação ou decisão tomada por seus profissionais, a formação e o sucesso escolar do aluno.

O processo da indicação para direção da Escola é conduzido dentro do espírito democrático e da ética, de forma respeitosa e transparente, traduzindo-se em uma lição de cidadania para os alunos.

VII – RELAÇÕES DE TRABALHO

A escola valoriza o trabalho compartilhado expresso pelo Colegiado Escolar, Assembléias da Comunidade e Conselhos de Classe. Adota mecanismos e estratégias para se integrar na comunidade incentivando a participação dos diversos segmentos da sociedade na

discussão de projetos sociais, procurando despertar em seus alunos a consciência crítica e o compromisso.

A escola mantém com os pais um diálogo sério, procurando estabelecer um vínculo entre escola e comunidade, ressaltando a importância da co-responsabilidade e parceria na promoção e desenvolvimento de cada aluno. Informa os resultados mensais e bimestrais, oferecendo atendimento sempre que necessário.

Todos os eventos e projetos desenvolvidos pela comunidade escolar contam com a efetiva participação do corpo docente e discente da escola.

VI - AVALIAÇÃO

A avaliação diz respeito a um processo que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos envolvidos. Avalia-se o desenvolvimento integral do aluno, concomitante, contínua e interativamente. Tendo esta uma função diagnóstica, analisa os progressos e dificuldades dos alunos para auxiliar o professor no planejamento das atividades de ensino propondo novos desafios para sanarem suas dificuldades, observando os avanços e pontos a serem retomados. Busca investigar os conhecimentos, as competências e as habilidades que o aluno traz, coletando dados relevantes para reelaboração e aprimoramento do planejamento. A avaliação é formadora no sentido de acompanhar a aprendizagem, identificando os sucessos e as dificuldades do processo de desenvolvimento, inclusive para reorientá-lo, dando continuidade visando reorganizar as ações educativas subsequentes. A avaliação diagnóstica é fundamental, e mesmo antes de qualquer aferição de desempenho específico, o professor deve investigar o campo de experiências da criança, dentro e fora da escola, por meio de sondagens sobre seu processo de inserção na cultura escrita e em particular, na cultura escolar.

O instrumento diagnóstico deve ser aplicado com flexibilidade, pressupondo uma análise cuidadosa dos erros dos alunos, transformando o erro em fonte de informação que o professor poderá, a partir daí, tomar decisões mais consistentes quanto à regulação do processo de ensino-aprendizagem, avançando em certos objetivos ou prolongando o trabalho de consolidação de certas capacidades ainda não desenvolvidas. A recuperação paralela, prevista em lei, ajuda a reelaborar os conceitos que por ventura não foram apropriados, por alguma razão, e novas oportunidades de recuperação devem ser oferecidas, não restringindo apenas no sentido de realizar mais uma prova.

Os instrumentos de avaliação mais usados são provas escritas ou orais, tarefas, pesquisas, participação, trabalhos individuais e de grupos e dinâmicas e são de acordo com os conteúdos e objetivos propostos. No processo de avaliação, as notas e conceitos são diretrizes para a continuidade dos estudos. Os alunos serão avaliados nos aspectos cognitivos, afetivos, socioculturais e psicomotores. Os registros são feitos através de conceitos para o Ciclo da Alfabetização e para o Ciclo Complementar e notas para os quatro anos finais do Ensino Fundamental e EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A avaliação da aprendizagem como parte integrante do processo pedagógico e baseada em objetivos educacionais definidos para cada fase, ciclo e ou série tem a função precípua de identificar os avanços e as necessidades de reorientação das ações educativas de modo a possibilitar: o atendimento diferenciado aos alunos; as adequações no plano didático tendo em vista os objetivos curriculares; o registro de informações acerca do desempenho escolar do aluno.

Os alunos serão avaliados ao longo do ano letivo com apresentação de resultado através de conceitos registrados em ficha de acompanhamento. Visando possibilitar ações pedagógicas para o atendimento diferenciado aos alunos com dificuldades de aprendizagem, no tempo em que elas surgirem, serão adotadas as seguintes estratégias: assistência Individual; formação de grupos com monitoria; atividades interdisciplinares; atendimento extra-turno; estudos orientados.

Para fins de aprovação, o aluno deverá apresentar a frequência mínima obrigatória de 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária total anual, e o nível de aprendizagem exigido em relação aos objetivos definidos para cada ciclo. A escola reenturmará o aluno que não apresentar o nível de aprendizagem exigido, oferecendo a ele condições para prosseguir seu processo de aprendizagem. Tal procedimento só será possível após esgotadas todas as estratégias de atendimento diferenciado, que estarão registradas e arquivadas na pasta do aluno. A progressão parcial será adotada nos anos finais do ensino fundamental.

A avaliação quantitativa e investigativa permitirá fazer um raio-X das dificuldades, análise das taxas de evasão e fracasso escolar, procurando adotar formas e estratégias para resolver essas questões, levando-se em consideração não só os critérios de rendimento do aluno, mas também os princípios filosóficos, biopsicológicos e pedagógicos. Os resultados da avaliação diagnóstica são analisados, registrados pelo professor, repassados aos alunos, comunicados aos pais e utilizados para orientar o planejamento a ser elaborado, para propor e executar ações na sala de aula e na escola, buscando modificar estratégias e procedimentos de ensino em que os resultados não forem satisfatórios.

IX- CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Antonio Matias Pereira, foi construído coletivamente, de uma forma sistemática ao longo dos últimos anos, nos momentos específicos previstos em Calendário Escolar, tais como: Semanas Pedagógicas e de Capacitação, Conselhos de Classe bimestrais, Reuniões Administrativas e Pedagógicas, participação dos professores e funcionários em Grupos de Estudos dentre outros e, no cotidiano da Escola, através de observações, diálogos, conversas informais, experiências em sala, relação com a comunidade, críticas e sugestões.

Após sua conclusão provisória passa para a aprovação do Colegiado Escolar, seguindo para Diretoria de Educação da SEMEC e posteriormente para Superintendência Regional de Ensino de Monte Carmelo para análise e homologação pela Inspectora Escolar.

Estará constantemente submetido à avaliação de sua prática, devendo ser reescrito ao final de cada ano, com a finalidade de modificar o que se fizer necessário em termos dos interesses e necessidades da comunidade escolar, pois sendo o Projeto Político Pedagógico o alicerce do trabalho pedagógico enquanto processo de construção contínua, também nunca estará pronto e acabado. A implementação do projeto político pedagógico dependerá sobretudo da ousadia dos seus agentes, da ousadia da escola em assumir-se como tal, antevendo o futuro bem diferente do presente, com perspectivas de crescimento e de melhora na qualidade do ensino.

A construção continuada do PPP implica no desenvolvimento coletivo do “pensar/escrever o projeto, pensar/aplicar o projeto, pensar/avaliar o projeto e pensar/atualizar o projeto”, as quais não acontecem separadamente, mas se integram, permeadas pela articulação teórico-aplicativa. Daí a importância da sensibilização e organização coletiva da comunidade escolar, porque “sensibilizar é a melhor forma de contar com o envolvimento e a participação de todos, concretizados através da reflexão sobre determinados princípios, como “igualdade, qualidade, liberdade, gestão democrática e valorização do magistério” (VEIGA, 2002, p. 4).

Na escola o PPP contempla a valorização e o exercício da prática da cidadania e da democracia. A construção e implementação do PPP na escola deve ser compreendido por todos como um processo significativo e fundamental na escola, pois se configura num referencial de conquista da autonomia, no qual todos juntos possam conhecer melhor sua

própria escola e também participar em todos os momentos na busca de uma educação de qualidade para todos que fazem parte da comunidade escolar.

X – BIBLIOGRAFIA

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.394, de 20 dez 1996.

_____. Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução. Brasília: Secretaria de Educação Fundamental.2001.

DOURADO, Luiz Fernandes (org.); OLIVEIRA, João Ferreira; SANTOS, Catarina Almeida. Brasil: MEC/INEP. **A qualidade da educação: conceitos e definições**

GONÇALVES, Juçara dos Santos e CARMO, Raimundo Santos do. **Gestão Escolar e o Processo de Tomada de Decisão.** Disponível em: http://www.nead.unama.br/site/bibdigital/monografias/Gestao_Escolar.pdf

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. O Campo do Currículo no Brasil: os anos noventa.
CURY, Carlos Roberto Jamil. O Direito à Educação: Um campo de atuação do gestor educacional na escola. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Propostas curriculares alternativas: Limites e avanços. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

NAVARRO, Ignez Pinto (et al.). Avaliação: o processo e o produto. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

OLIVEIRA, João Ferreira de. A construção coletiva do projeto político-pedagógico (PPP) da escola. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

SOUZA, Ângelo Ricardo de et Al. Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). Avaliação institucional: A avaliação da escola como instituição. Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

SOUZA, Ângelo Ricardo (et al.). **Níveis do planejamento educacional.** Disponível em: <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>.

VEIGA, I. P. A. (Org.) **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível.** 23. ed. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. (Org.). Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível. 15. ed. Campinas: Papirus, 2002.